



Suelen Torres da Silva <suelen.silva@supel.ro.gov.br>

Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90273/2024/CEL/SUPEL/RO

3 mensagens

Oscar Karnal <oscarkarnal@gmail.com>

18 de dezembro de 2024 às 14:46

Para: "atendimentosupel@gmail.com" <atendimentosupel@gmail.com>

Ilustres senhores, boa tarde,

Enviamos em anexo impugnação tempestiva ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90273/2024/CEL/SUPEL/RO para análise.

Agradecemos a confirmação de recebimento e ficamos à disposição.

**Impugnação ao Edital - DeltaPoint x SUPEL RO.pdf**

524K

Oscar Karnal <oscarkarnal@gmail.com>

18 de dezembro de 2024 às 15:26

Para: "atendimentosupel@gmail.com" <atendimentosupel@gmail.com>

Prezados, boa tarde,

Reiteramos o pedido de confirmação de recebimento da impugnação, tendo em vista a impossibilidade de contato telefônico em todos os números disponibilizados no sítio eletrônico dessa n. Superintendência (<https://rondonia.ro.gov.br/supel/contato/>).

Grato e à disposição.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

OSCAR KARNAL**Suelen Torres da Silva** <suelen.silva@supel.ro.gov.br>

19 de dezembro de 2024 às 06:55

Para: Oscar Karnal <oscarkarnal@gmail.com>

Cc: "atendimentosupel@gmail.com" <atendimentosupel@gmail.com>

Prezado Licitante, bom dia.

Acusamos o recebimento e informamos que seu pedido de impugnação foi encaminhado ao pregoeiro responsável, assim que possível retornaremos o contato com a resposta de sua solicitação.

Orientamos ainda que acompanhe através do site as futuras publicações a respeito do referido pregão, pois todas as respostas a esclarecimentos e impugnações serão devidamente publicadas em nossos site. (<https://rondonia.ro.gov.br/supel/>)

Sem mais para o momento, ficamos à disposição.

Atenciosamente,

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHORA(A) PREGOEIRO(A) DA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA – SUPEL/RO**

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº 90273/2024/SUPEL/Lei nº 14.133/2021

DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.543.675/0001-10, com sede em Q SIG Quadra 1, 385, Sala 313, CEP: 70.610-410, Zona Industrial, Brasília/DF, vem, respeitosamente, perante a Ilustre Presença de Vossa Senhoria, com fundamento nos itens 6 e seguintes do Edital, bem como no art. 164 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao edital de pregão eletrônico em referência, que faz nos seguintes termos:

1. DOS FATOS

Trata-se de pregão eletrônico promovido por esse nobre órgão cujo objeto é o:

Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Ativos de Segurança de Rede Firewalls Next Generation (NGFW) com SD-WAN integrado, Switch Core, Switch de Borda, Controlador de Wi-Fi, Access Point e licenças de antivírus com tecnologia EDR para desktops e servidores, contemplando os serviços de Instalação, Configuração, Treinamento, Suporte Técnico e garantia de 60 meses, para atender todo o Parque Tecnológico da Polícia Civil do Governo do Estado de Rondônia, órgãos de segurança pública vinculados a SESDEC, devendo ser entregues e instalados nas respectivas localidades, de acordo com os termos e condições do termo de referência.

Ocorre que, após análise do edital, facilmente se verifica a existência de disposições que direcionam e restringem indevidamente a participação de outros licitantes, ao inadvertidamente direcionar a licitação à aquisição de equipamentos e soluções específicas da Fabricante Fortinet, e especificamente FortiGate 40F e FortiGate 400F.

E, de maneira mais grave, verifica-se que o direcionamento a esta ferramenta específica atenta contra a isonomia que deve guiar o certame, na medida em que apenas empresas revendedoras desta ferramenta sairão beneficiadas em

detrimento das demais em relação aos preços das propostas, o que não pode prosperar, nos termos do que passa a expor.

2. DA LESÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA COMPETITIVIDADE E DA ISONOMIA

É nula a licitação que direciona para uma empresa o resultado de determinada licitação e qualquer previsão que, de maneira injustificada, restrinja a competitividade do certame público, ou vejamos:

É irregular o estabelecimento de cláusulas que restrinjam o caráter competitivo da licitação como a fixação de prazos exíguos para a execução de serviços (Acórdão 8117/2011 – Primeira Câmara / Rel. WALTON ALENCAR RODRIGUES).

Pode-se observar claramente do edital que, na descrição das especificações técnicas contidas no Item 3. “**ITEM 01 – SOLUÇÃO DE FIREWALL DO TIPO NEXT GENERATION (NGFW) – TIPO 01 (CONCENTRADOR)**” estão direcionadas ao equipamento de modelo **FG-400F**.

Na imagem abaixo, pode-se verificar que as características do equipamento **tipo 1 – concentrador** são as mesmas divulgadas pelo fabricante Fortinet em seu Datasheet, acessível pelo link, página 2: https://www.fortinet.com/content/dam/fortinet/assets/data-sheets/Fortinet_Product_Matrix.pdf

- 3.1. Throughput de, no mínimo, 79.5 Gbps com a funcionalidade de firewall, considerando 1518 bytes UDP;
- 3.2. Suporte a, no mínimo, 7.8 Milhões de conexões simultâneas;
- 3.3. Suporte a, no mínimo, 500.000 mil novas conexões por segundo;
- 3.4. Throughput de, no mínimo, 55 Gbps de VPN IPSec;
- 3.7. Suportar no mínimo 12 Gbps de throughput de IPS;
- 3.12. Possuir ao menos 18 interfaces 1 GE RJ45;
- 3.13. Possuir ao menos 8 interfaces 10 GE SFP+;
- 3.14. Possuir ao menos 8 interfaces 1 GE SFP;

FortiGate® Network Security Platform - *Top Selling Models Matrix					
	FG-200F	FG-200G	FG-400F	FG-600F	FG-900G
Firewall Throughput (1518/512/64 byte UDP)	27 / 27 / 11 Gbps	39 / 39 / 26.5 Gbps	79.5 / 78.5 / 70 Gbps	139 / 137.5 / 70 Gbps	164 / 163 / 153 Gbps
IPsec VPN Throughput (512 byte) ¹	13 Gbps	36 Gbps	55 Gbps	55 Gbps	55 Gbps
IPS Throughput (Enterprise Mix) ²	5 Gbps	9 Gbps	12 Gbps	14 Gbps	26 Gbps
NGFW Throughput (Enterprise Mix) ^{2, 4}	3.5 Gbps	7 Gbps	10 Gbps	11.5 Gbps	22 Gbps
Threat Protection Throughput (Ent. Mix) ^{2, 5}	3 Gbps	6 Gbps	9 Gbps	10.5 Gbps	20 Gbps
Firewall Latency	4.78 µs	4.36 µs	4.19 µs / 2.5 µs ⁷	4.12 µs / 2.5 µs ⁷	3.78 / 2.5 µs ⁷
Concurrent Sessions	3 Million	11 Million	7.8 Million	8 Million	16 Million
New Sessions/Sec	280 000	400 000	500 000	550 000	720 000
Firewall Policies	10 000	10 000	10 000	30 000	10 000
Max G/W to G/W IPSEC Tunnels	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000
Max Client to G/W IPSEC Tunnels	16 000	16 000	50 000	50 000	50 000
SSL VPN Throughput	2 Gbps	3 Gbps ⁸	3.6 Gbps	4.3 Gbps	10 Gbps
Concurrent SSL VPN Users (Recommended Maximum, Tunnel Mode)	500	500	5000	10 000	10 000
SSL Inspection Throughput (IPS, avg. HTTPS) ³	4 Gbps	7 Gbps	8 Gbps	9 Gbps	16.7 Gbps
Application Control Throughput (HTTP 64K) ²	13 Gbps	27.8 Gbps	28 Gbps	32 Gbps	74.8 Gbps
Max FortiAPs (Total, Tunnel)	256 / 128	256 / 128	512 / 256	1 024 / 512	2 048 / 1 024
Max FortiSwitches	64	64	72	96	96
Max FortiTokens	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Virtual Domains (Default/Max)	10 / 10	10 / 10	10 / 10	10 / 10	10 / 10
Interfaces	4x 10 GE SFP+, 18x GE RJ45, 8x GE SFP	8x 10 GE SFP+, 8x 5GE RJ45, 10x GE RJ45, 4x GE SFP	8x 10GE SFP+, 8x GE SFP, 18 x GE RJ45	4x 25G SFP28, 4x 10GE SFP+, 8x GE SFP, 18 x GE RJ45	4x 25 GE SFP28, 4x 10 GE SFP+, 1x 2.5GE RJ45, 8 x GE SFP, 17x GE RJ45
Local Storage	480 GB (201F)	480 GB (201G)	960 GB (401F)	480 GB (601F)	960 GB (901G)
Power Supplies	Dual AC PS	Dual AC PS	Dual AC PS	Dual AC PS	Dual PS
Form Factor	1 RU	1 RU	1 RU	1 RU	1 RU
Variants	—	—	DC	—	DC

Da mesma forma, podemos observar que na descrição das especificações técnicas contidas no Item 4. “**ITEM 02 – SOLUÇÃO DE FIREWALL DO TIPO NEXT GENERATION (NGFW) – TIPO 02 (UNIDADES REMOTAS)**” estão direcionadas ao equipamento de modelo **FG-40F**.

Na imagem abaixo, demonstra que as características do equipamento **tipo 02 – Unidades Remotas**, são as mesmas divulgadas pelo fabricante Fortinet em seu Datasheet, acessível pelo link, página 1: https://www.fortinet.com/content/dam/fortinet/assets/data-sheets/Fortinet_Product_Matrix.pdf

- 4.0.1. Throughput de, no mínimo, 5 Gbps com a funcionalidade de firewall, considerando 1518 bytes UDP;
- 4.0.2. Suporte a, no mínimo, 700 Mil de conexões simultâneas;
- 4.0.4. Throughput de, no mínimo, 4.4 Gbps de VPN IPsec;
- 4.0.3. Suporte a, no mínimo, 35 mil novas conexões por segundo;
- 4.0.5. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 200 túneis de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;
- 4.0.6. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 250 túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos;
- 4.0.12. Possuir ao menos 5 interfaces 1 GE RJ45;

FortiGate® Network Security Platform - *Top Selling Models Matrix					
	FG/FWF-30G ¹²	FG/FWF-40F ¹²	FG/FWF-50G ¹²	FG/FWF-60F ¹²	FG-70F
Firewall Throughput (1518/512/64 byte UDP)	4/ 4/ 3.9 Gbps	5 / 5 / 5 Gbps	5 / 5 / 4 Gbps	10/10/6 Gbps	10 / 10 / 6 Gbps
IPsec VPN Throughput (512 byte) ¹	3.5 Gbps	4.4 Gbps	4.5 Gbps	6.5 Gbps	6.1 Gbps
IPS Throughput (Enterprise Mix) ²	800 Mbps	1 Gbps	2.25 Gbps	1.4 Gbps	1.4 Gbps
NGFW Throughput (Enterprise Mix) ^{2, 4}	570 Mbps	800 Mbps	1.25 Gbps	1 Gbps	1 Gbps
Threat Protection Throughput (Ent. Mix) ^{2, 5}	500 Mbps	600 Mbps	1.1 Gbps	700 Mbps	800 Mbps
Firewall Latency	2.87 µs	2.97 µs	2.42 µs	3.3 µs	2.54 µs
Concurrent Sessions	600 000	700 000	720 000	700 000	1.5 Million
New Sessions/Sec	30 000	35 000	85 000	35 000	35 000
Firewall Policies	2 000	2 000	2 000	2 000	5 000
Max G/W to G/W IPSEC Tunnels	200	200	200	200	200
Max Client to G/W IPSEC Tunnels	250	250	250	500	500
SSL VPN Throughput	—	490 Mbps ¹⁰	—	900 Mbps ¹⁰	405 Mbps
Concurrent SSL VPN Users (Recommended Maximum, Tunnel Mode)	—	200 ¹⁰	—	200 ¹⁰	200
SSL Inspection Throughput (IPS, avg. HTTPS) ³	400 Mbps	310 Mbps	1.3 Gbps	630 Mbps	700 Mbps
Application Control Throughput (HTTP 64K) ²	830 Mbps	990 Mbps	2.8 Gbps	1.8 Gbps	1.8 Gbps
Max FortiAPs (Total / Tunnel)	16/8	16 / 8	16 / 8	64 / 32	64 / 32
Max FortiSwitches	8	8	8	24	24
Max FortiTokens	500	500	500	500	500
Virtual Domains (Default/Max)	—	10 / 10	5 / 5	10 / 10	10 / 10
Interfaces	4x GE RJ45	5x GE RJ45	5x GE RJ45	10x GE RJ45	10x GE RJ45
Local Storage	—	—	64 GB (51G)	128 GB (61F)	128 GB (71F)
Power Supplies	Single AC PS	Single AC PS	Single AC PS	Single AC PS	Single AC PS
Form Factor	Desktop	Desktop	Desktop	Desktop	Desktop
Variants	WiFi	WiFi, 3G4G	WiFi, DSL, SFP, POE, 5G	WiFi, Storage	—

Tal exigência limita a competitividade ao favorecer a Fabricante Fortinet em detrimento de outros potenciais licitantes.

O artigo 9º da Lei nº 14.133/2021 veda a admissão, previsão, inclusão ou tolerância com situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, o que expõe o servidor responsável até mesmo a eventual responsabilidade disciplinar.

Deste modo, se um mesmo serviço ou equipamento pode ser atendido por diversas empresas e marcas dentro de um mesmo mercado, é ilegal que se opte por determinada marca ou característica sem que haja fundamentação robusta que o fundamente.

A ilegalidade decorre da análise do próprio princípio da legalidade administrativa. Ao passo que a legalidade, do ponto de vista privado, apenas proíbe aquilo que é expressamente vedado por lei anterior, do ponto de vista público proíbe-se o gestor de fazer tudo aquilo que a lei não expressamente permita. O princípio da legalidade tem previsão no art. 37 da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios **DE LEGALIDADE**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...).

Mesmo porque pode acabar conduzindo à contratação de proposta menos vantajosa ao interesse público, vantajosidade esta que se reveste de uma análise

dúplice que compreenda não apenas o menor preço mas o melhor benefício para a Administração Pública e o interesse público a que se volta. Não à toa, é um dos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, **da impessoalidade**, da moralidade, da publicidade, **da eficiência**, **do interesse público**, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Não é excessivo lembrar que a vantajosidade não diz respeito exclusivamente ao preço ofertado, sendo na realidade resultado do somatório da parêmia **preço + benefício**. Nesse sentido, é a lição do celebrado doutrinador Marçal Justen Filho:

(...) O Estado dispõe de recursos limitados para custeio de suas atividades e realização de investimentos. Portanto a vantagem para o Estado se configura com a solução que assegure os maiores benefícios para a aplicação de seus recursos econômicos financeiros. O Estado tem o dever de realizar a melhor contratação sob o ponto de vista da economicidade. A economicidade é o resultado da comparação entre os encargos assumidos pelo Estado e direitos a ele atribuídos, em virtude da contratação administrativa. Quanto mais desproporcional em favor do Estado o resultado dessa relação, tanto melhor atendido estará o princípio da economicidade. A economia exige que o Estado desembolse o mínimo e obtenha o máximo e o melhor. Em princípio, a economicidade se retrata no menor preço pago pelo Estado ou no maior lance por ele recebido, conforme a natureza da contratação (...).¹

No caso concreto, está-se sobre o risco de não ser contratada a proposta mais vantajosa nem do ponto de vista de economia, nem do ponto de vista de qualidade, pelo direcionamento a determinada ferramenta.

Outra questão pertinente é a própria isonomia, prevista já na Constituição Federal como um dos objetivos da licitação e frustrado caso determinada ferramenta seja privilegiada e seus fornecedores sejam beneficiados *a priori* em detrimento dos demais:

¹ In: <<http://www.justen.com.br/informativo.php?l=pt&informativo=50&artigo=1077>>

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de **licitação pública** que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 traz também a igualdade e a vantajosidade como dois dos elementos mais importantes no âmbito de licitações públicas:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

Verifica-se, assim, que exigências indevidas e não justificadas que **restringam a competitividade do certame** sem fornecer proporcional **benefício à futura contratação** são **absolutamente ilícitas**, não apenas porque externas à legalidade administrativa mas porque a ela contrárias.

Verifica-se que, ao utilizar parte do texto do catálogo de uma determinada ferramenta como Termo de Referência, o edital lesa o princípio da isonomia entre as empresas, prejudicando ainda a competitividade do certame e a busca pela proposta mais vantajosa ao interesse público.

Tanto assim que o Tribunal de Contas da União **já julgou procedentes inúmeras denúncias relativas a este mesmo fornecedor, inclusive em casos onde o objeto era mais explicitamente relacionado à ferramenta**, relembrando que **deve haver robusta justificativa técnica para direcionamento das compras públicas a determinadas marcas ou fornecedores**, ou veja-se:

Cuidam os autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90002/2024, promovido pela Polícia Rodoviária Federal, que teve por objeto o registro de preços para contratação de empresa

especializada no fornecimento de solução de segurança de rede da empresa Fabricante Fortinet Inc. O denunciante relata possível direcionamento da licitação decorrente de indicação de marca e de especificações previstas no instrumento convocatório.

(...)

considerando que a unidade técnica apontou a viabilidade técnica de convivência de soluções de segurança de fornecedores distintos em um mesmo parque tecnológico;

considerando que a escolha pela padronização não foi precedida de avaliação de outras possíveis soluções, em desacordo com o disposto no art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME 94/2022;

considerando que a decisão pela indicação de marca não foi embasada em justificativas técnicas e financeiras;

(..)

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU, nos arts. 103, 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014 e ainda nos arts. 9º, inciso I, e 11 da Resolução-TCU 315/2020, bem como no parecer da unidade técnica, em:

a) conhecer da denúncia e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência à Polícia Rodoviária Federal a respeito da ausência, no processo de planejamento, da contratação de justificativas adequadas para a opção por padronização com indicação de marca, conforme estabelecido no PE 90002/2024, em desacordo com o disposto no art. 11 da IN SGD/ME 94/2022, com vistas a que sejam adotadas medidas internas para prevenção de ocorrências semelhantes;

c) comunicar o teor desta deliberação ao denunciante e à Polícia Rodoviária Federal;²

Deste modo, vem requerer a reformulação do instrumento convocatório, com alteração do Termo de Referência para que albergue a possibilidade de contratação de toda e qualquer ferramenta suficientemente capaz de atender às necessidades da contratação, sem que haja direcionamento a nenhuma ferramenta.

3. DOS PEDIDOS

Assim, diante das irregularidades demonstradas no instrumento convocatório, que geram nulidade que poderá ser reconhecida em âmbito judicial e

² TCU – Acórdão nº 1189/2024 – PLENÁRIO – Relator JHONATAN DE JESUS – Processo 002.374/2024-2 – Data da sessão: 19/06/2024.

controlador, **IMPUGNA-SE O EDITAL EM REFERÊNCIA**, requerendo o conhecimento da impugnação e sua apreciação no prazo legal, com o reconhecimento de sua procedência para reformulação do Termo de Referência para que não haja direcionamento do certame para determinada ferramenta e seus representantes comerciais, abrindo-se o escopo da contratação para toda e qualquer ferramenta que, justificadamente, seja suficientemente capaz de atender às necessidades da contratação – sob pena de nulidade.

Como consequência, requer a abertura de prazo para divulgação das novas condições de apresentação da proposta.

Termos em que pede deferimento.
Brasília/DF, 18 de dezembro de 2024.

DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.

RODRIGO LIMA
MEDEIROS: [REDACTED]
[REDACTED]

Digitally signed by
RODRIGO LIMA
MEDEIROS: [REDACTED]
9
Date: 2024.12.18
15:11:36 -03'00'